

Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso

Matuzalem Cavalcante

Mestrando em Geografia pela FCT/UNESP

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Endereço profissional: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária,
FCT/UNESP – Sala 19, Docente I – Rua Roberto Simonsen, 305, Jardim das Rosas,
19.060-900 – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil – Caixa Postal: 957
Telefone: (18) 3221-5388/ramal: 5553; Fax: (18) 3223-2227
Endereço eletrônico: matuzalem@pos.prudente.unesp.br

Bernardo Mançano Fernandes

Doutor em Geografia Humana pela USP (1999)

Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da UNESP
Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-Americano
de Ciências Sociais (CLACSO)
Endereço eletrônico: bernardo@pesquisador.cnpq.br

Resumo

Através do “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”, versão “Estrutura Fundiária”, desenvolvemos uma pesquisa das mudanças na estrutura fundiária brasileira. De 1992 a 2003, as áreas cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) aumentaram em 89 milhões de hectares. Neste artigo, apresentamos algumas análises das possíveis causas desse aumento, por meio dos impactos socioterritoriais em seus processos de territorialização e desterritorialização. Numa primeira análise dos dados, observamos que essas mudanças estão ocorrendo com maior intensidade nos estados onde a produção da soja está se territorializando, onde terras até então semi-utilizadas ou não utilizadas estão se valorizando devido à dinamização da economia e da infra-estrutura. Estudamos inicialmente o Estado de Mato Grosso por este apresentar um crescimento maior de áreas cadastradas. Assim, à medida em que o complexo da soja se dinamiza, mais terras são incorporadas pela propriedade privada por meio de diversas formas de apropriação. Dentre elas, a grilagem de terras, principalmente devido à falta de fiscalização e controle territorial por parte da União. Os impactos socioterritoriais causados pelo agronegócio da soja, pela reforma agrária e pela luta pela terra são resultados da conflitualidade entre a articulação global/local para a condução do desenvolvimento territorial concomitante com as diretrizes do capital. Além de buscar compreender os processos desencadeados por essa nova realidade, temos o intuito de criar uma metodologia de estudos das mudanças da estrutura fundiária a partir dos impactos socioterritoriais que as condicionam.

Palavras-chave: Mato Grosso, estrutura fundiária, agronegócio, soja, grilagem.

Resumen

Formación territorial, agro-negocio y actuales transformaciones en la estructura de la propiedad en Mato Grosso

Usando el “Banco de Datos de la Lucha por Tierra – DATALUTA”, versión “Estructura Fundiaria”, desarrollamos una investigación sobre las transformaciones en la estructura de

la propiedad en Brasil. Entre 1992 y 2003, las áreas catastradas en el Sistema Nacional de Catastro Rural (SNCR) aumentaron en 89 millones de hectáreas. En este artículo presentamos algunos análisis de las posibles causas de ese aumento, por medio de los impactos socio-territoriales en sus procesos de territorialización y desterritorialización. En un primer análisis de los datos, observamos que esas transformaciones están ocurriendo con mayor intensidad en los estados donde la soya se está territorializando, donde tierras hasta entonces subutilizadas o no utilizadas se están valorizando debido a la dinámica de la economía y la llegada de infraestructura. Estudiamos, inicialmente, el Estado de Mato Grosso por presentar un crecimiento mayor de áreas catastradas. De esta manera, en la medida en que el complejo de la soya se dinamiza, más tierras son incorporadas por la propiedad privada mediante diversas formas de apropiación. Entre ellas, la falsificación de títulos de propiedad, amparada, principalmente, por la falta de fiscalización y control territorial por parte de la Unión. Los impactos socio-territoriales causados por el agrobusiness de la soya, por la reforma agraria y por la lucha por tierra son resultados de la relación conflictiva entre la articulación global/local para la conducción del desarrollo territorial, concomitante con las directrices del capital. Además de buscar comprender los procesos desencadenados por esa nueva realidad, tenemos la finalidad de crear una metodología para estudios de las transformaciones de la estructura fundiaria, a partir de los impactos socio-territoriales que las condicionan.

Palabras clave: Mato Grosso; estructura fundiaria (estructura de la propiedad); agrobusiness; soya; falsificación de títulos de propiedad.

Abstract

Territorial formation, agribusiness and current changes in land-tenure structure in Mato Grosso

We are researching the changes of the Brazilian land-tenure structure with the use of "DATALUTA" ("Struggle for Land Database), in its land-tenure structure version. From 1992 to 2003, the areas registered in the "National System of Rural Register" ("Sistema Nacional de Cadastro Rural, SNCR) increased in 89 millions of hectares. In this article, some analyses of the possible reasons for this increase are shown, based on the socio-territorial impacts related to territorialization and de-territorialization processes. In a first data analysis, we notice that these changes are happening mostly in the states where the soy production is being territorialized and where lands which are partly used or not used at all have their value increased due to the stimulus to economy and infra-structure. At first, we have studied the state of Mato Grosso because it shows the biggest increase in the areas registered. Thus, as the soy complex grows, more lands are incorporated by private properties through several forms of appropriation, including landgrabbing, because of the lack of inspection and of territorial control by the Union. The socio-territorial impacts, caused by soy agribusiness, by the agrarian reform and by the struggle for land result from the conflictuality between local and global articulation, searching for a territorial development according to the capital guidelines. Besides understanding the processes unleashed by this new reality, we intend to create a methodology to study the changes of land-tenure structure based on the socio-territorial impacts determining such changes.

Key-words: Mato Grosso, land-tenure structure, agribusiness, soy, landgrabbing.

Os desafios para os estudos da questão fundiária

Fernandes (2005) questiona a estimativa de Veiga (2003) a respeito de uma possível mudança na estrutura fundiária brasileira. Veiga estimou que entre 1995 e 2000 houve uma transferência de 20 milhões de hectares das unidades patronais (propriedades de mais de

200 hectares) para as unidades familiares (propriedades com menos de 200 hectares). Para fazer esta estimativa, Veiga utilizou os dados do Censo Agropecuário do Ibge de 1995/1996 e calculou que se o governo Fernando Henrique Cardoso desapropriou 20 milhões de hectares, isso significaria uma mudança na estrutura fundiária em que as unidades familiares aumentariam sua participação na área total dos estabelecimentos de 37% para 42%, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Brasil: Perfil da Estrutura Agrária – 1995-2000

| | 1995 (milhões de ha) | % | 2000 (milhões de ha) | % |
|-------------------------|--------------------------------|-----|--------------------------------|-----|
| Propriedades patronais | 224 | 63 | 210 | 58 |
| Propriedades familiares | 130 | 37 | 150 | 42 |
| Total | 354 | 100 | 360 | 100 |

Fonte: Estimativa de Veiga (2003) baseada no Censo Agropecuário de 1995/96 do Ibge.

Fernandes (2005) comparou a estimativa de Veiga com os dados do SNCR (ver tabela 2), referentes à estrutura fundiária brasileira em 1992 e 2003. Segundo Fernandes, a conjectura de Veiga supervalorizou o impacto da transferência de vinte milhões de hectares do grupo patronal para o grupo familiar.

Tabela 2 – Mudanças na estrutura fundiária brasileira – 1992-2003

| | 1995 (milhões de ha) | % | 2000 (milhões de ha) | % |
|-------------------------|--------------------------------|-----|--------------------------------|-----|
| Propriedades patronais | 245 | 74 | 297 | 71 |
| Propriedades familiares | 86 | 26 | 123 | 29 |
| Total | 331 | 100 | 420 | 100 |

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro (1996); II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003)
Organização: Bernardo Mançano Fernandes (2005)

Fernandes ressalta que

esta comparação é uma aproximação, pois existem diferenças entre as áreas dos estabelecimentos agrícolas pesquisados pelo IBGE e as propriedades fundiárias, cadastradas no Incra¹. Também se deve considerar que os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural referem-se há três anos antes e três anos depois do período comparado por Veiga. O que essa comparação possibilita é a análise dos dados relativos e suas respectivas ordens de grandeza. Assim, através dessa comparação aproximada, observa-se que Veiga acerta na tendência da diminuição da participação relativa da unidade patronal e do aumento da participação relativa da unidade familiar. (FERNANDES, 2005, p. 4)

O que nos chama a atenção, e que a estimativa de Veiga não previu, é o enorme aumento das áreas dos imóveis, tanto familiar quanto patronal. Ainda segundo Fernandes:

Foram 89 milhões de hectares em pouco mais de uma década. O aumento de trinta e sete milhões de hectares dos imóveis familiares pode ser explicado, parcialmente, se considerarmos a incorporação de vinte milhões de hectares advindos da implantação de assentamentos de reforma agrária e das políticas de crédito fundiário. Todavia, restam dezessete milhões de hectares. O aumento de cinquenta e dois milhões de hectares dos imóveis patronais contraria a estimativa de Veiga, já que seria coerente a diminuição

¹ Os dados do INCRA são registros de propriedades e de seus detentores. O IBGE registra a ocupação desse espaço pelos produtores rurais.

dessas áreas². Mas se isso é confuso, é mais difícil entender como um grupo de área que deveria passar de 245 milhões de hectares para um número menor, ainda teve um aumento tão fabuloso. Se especularmos que esse número deveria ser em torno de 225 milhões de hectares, considerando desapropriação de 20 milhões, como passou para 297 milhões de hectares? (FERNANDES, 2005, p. 5)

Pesquisar esta questão é fundamental para se compreender a lógica das mudanças na estrutura fundiária brasileira, por meio dos processos de territorialização e desterritorialização que provocam reordenamentos territoriais. Apesar das dificuldades que a questão impõe, é possível um estudo de caso em escala geográfica microrregional.

Nossa proposta é procurar compreender as causas da imensa expansão dos imóveis rurais e de suas áreas, a partir da análise da mudança da estrutura fundiária, tendo o Mato Grosso como recorte territorial. E neste estado, selecionaremos uma ou duas microrregiões para realizar nosso trabalho de campo, pesquisando os impactos socioterritoriais que levaram à mudança na estrutura fundiária.

Impacto socioterritorial é um conceito cunhado no NERA para a compreensão das mudanças ocasionadas por diferentes políticas, projetos ou planos que resultam no reordenamento territorial e que modifica os sistemas de produção, bem como as estruturas sociais e políticas. Dois estudos realizados a partir dessa referência conceitual e que procuraram compreender a implantação e desenvolvimento de projetos de assentamentos rurais em municípios do interior paulista são Ramalho (2002) e Leal (2003). A aplicação desse conceito, a partir de procedimentos metodológicos apropriados, em nosso trabalho também tem o intuito de ampliar seus horizontes e contribuir com a sua elaboração teórica.

A escolha de Mato Grosso foi definida pelo fato de ser o estado que teve o maior crescimento da área dos imóveis rurais de 1992 a 2003. Vejamos a tabela abaixo.

Tabela 3 – Brasil: mudanças nas áreas registradas, dos anos 1992, 1998 e 2003

| Unidade geográfica | Área registrada | | | Variação acumulada | | |
|---------------------|-----------------|----------------|----------------|--------------------|-------------------|-------------------|
| | 1992 | 1998 | 2003 | Entre 1992 e 1998 | Entre 1998 e 2003 | Entre 1992 e 2003 |
| Brasil | 310.030.752,20 | 415.550.366,40 | 418.483.332,30 | 105.519.614,20 | 2.932.965,90 | 108.452.580,10 |
| Mato Grosso | 45.688.719,00 | 72.814.441,70 | 70.388.184,20 | 27.125.722,70 | -2.426.257,50 | 24.699.465,20 |
| Pará | 22.140.398,40 | 38.019.689,80 | 40.095.952,00 | 15.879.291,40 | 2.076.262,20 | 17.955.553,60 |
| Bahia | 21.680.963,90 | 30.550.947,90 | 31.003.684,30 | 8.869.984,00 | 452.736,40 | 9.322.720,40 |
| Minas Gerais | 33.422.456,20 | 40.661.687,90 | 41.836.348,70 | 7.239.231,70 | 1.174.660,80 | 8.413.892,50 |
| Tocantins | 13.107.476,20 | 18.931.230,30 | 21.259.467,10 | 5.823.754,10 | 2.328.236,80 | 8.151.990,90 |
| Goiás | 21.918.815,50 | 27.320.410,90 | 29.726.702,40 | 5.401.595,40 | 2.406.291,50 | 7.807.886,90 |
| Maranhão | 10.888.521,80 | 15.336.605,90 | 17.624.568,20 | 4.448.084,10 | 2.287.962,30 | 6.736.046,40 |
| Mato Grosso do Sul | 27.031.369,20 | 32.392.076,20 | 32.758.452,40 | 5.360.707,00 | 366.376,20 | 5.727.083,20 |
| Piauí | 9.147.616,30 | 11.483.050,00 | 12.737.653,60 | 2.335.433,70 | 1.254.603,60 | 3.590.037,30 |
| São Paulo | 16.865.885,80 | 19.655.934,00 | 20.326.446,80 | 2.790.048,20 | 670.512,80 | 3.460.561,00 |
| Rondônia | 4.991.311,30 | 6.557.893,80 | 8.227.026,10 | 1.566.582,50 | 1.669.132,30 | 3.235.714,80 |
| Pernambuco | 3.849.085,60 | 4.705.910,60 | 5.381.928,70 | 856.825,00 | 676.018,10 | 1.532.843,10 |
| Ceará | 7.075.381,80 | 8.375.460,70 | 8.215.658,60 | 1.300.078,90 | -159.802,10 | 1.140.276,80 |
| Paraná | 14.689.860,70 | 16.332.964,20 | 15.758.752,50 | 1.643.103,50 | -574.211,70 | 1.068.891,80 |
| Amazonas | 10.264.675,00 | 17.190.488,60 | 11.180.636,50 | 6.925.813,60 | -6.009.852,10 | 915.961,50 |
| Espírito Santo | 3.021.985,50 | 3.627.478,60 | 3.908.043,50 | 605.493,10 | 280.564,90 | 886.058,00 |
| Rio de Janeiro | 1.981.662,60 | 2.415.906,40 | 2.785.533,80 | 434.243,80 | 369.627,40 | 803.871,20 |
| Santa Catarina | 6.450.169,70 | 7.108.205,20 | 7.222.895,10 | 658.035,50 | 114.689,90 | 772.725,40 |
| Rio Grande do Norte | 2.444.202,30 | 3.005.648,60 | 3.125.564,80 | 561.446,30 | 119.916,20 | 681.362,50 |
| Sergipe | 1.003.672,40 | 1.326.087,70 | 1.580.400,30 | 322.415,30 | 254.312,60 | 576.727,90 |
| Paraíba | 3.260.963,20 | 3.643.608,70 | 3.549.763,20 | 382.645,50 | -93.845,50 | 288.800,00 |
| Alagoas | 1.137.172,20 | 1.297.714,70 | 1.412.876,00 | 160.542,50 | 115.161,30 | 275.703,80 |
| Acre | 4.042.830,90 | 5.244.582,80 | 4.176.064,60 | 1.201.751,90 | -1.068.518,20 | 133.233,70 |
| Distrito Federal | 123.034,90 | 205.357,90 | 245.326,50 | 82.323,00 | 39.968,60 | 122.291,60 |
| Rio Grande do Sul | 18.664.867,20 | 20.277.210,80 | 18.737.783,40 | 1.612.343,60 | -1.539.427,40 | 72.916,20 |
| Roraima | 3.808.738,80 | 5.188.083,80 | 3.853.122,50 | 1.379.345,00 | -1.334.961,30 | 44.383,70 |
| Amapá | 1.328.915,80 | 1.881.688,70 | 1.364.496,50 | 552.772,90 | -517.192,20 | 35.580,70 |

Fonte: SNCR/Incr. (Organização: DATALUTA)

² Em dez anos, as áreas das propriedades patronais cresceram 52 milhões de hectares, que é pouco mais do dobro do território do Reino Unido.

De 1992 a 2003 às áreas registradas no Brasil tiveram um crescimento de 108.452.580,10. Entre os Estados que mais crescem estão Mato Grosso, Pará, Bahia, Minas Gerais, Tocantins, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Piauí. Estes Estados possuem em comum o forte processo de capitalização das terras por causa ao avanço do agronegócio da soja.

A área cadastrada no Mato Grosso teve um crescimento de 24.699.465,20 ha de 1992 a 2003. Em nossa pesquisa, estudaremos esse processo de crescimento de vinte e dois milhões de hectares. Quais foram às formas de aquisição das terras? O que ocasionou o decréscimo de 2.426.557,50 ha de 1998 a 2003? Ainda não existe estudo dessa questão nas Ciências Humanas.

Outro fato especial que firma a escolha do Estado de Mato Grosso, como área de estudo, justifica-se por ser considerado na atualidade “o epicentro da atual revolução do agronegócio” (SILVA *et al.*, 2004, p. 98) no campo brasileiro, onde a política, a economia e a sociedade estão direcionando suas atenções para a produtividade da soja³. O grande fluxo de notícias veiculadas pela mídia e pesquisas acadêmicas desenvolvidas mostra o impacto desse momento inédito na história do Brasil. O Mato Grosso estando num estágio mais avançado da capitalização e monopolização das terras para o desenvolvimento do agronegócio, maiores serão as possibilidades de detecção dos impactos ocasionados na estrutura fundiária.

O estudo da transformação da estrutura fundiária é valioso recurso para compreender a formação territorial. Nesse processo, analisamos os planos político, econômico e social, tanto no sentido de avaliar os impactos socioterritoriais dessas transformações, quanto à articulação de forças locais e globais existentes para a efetivação de determinado conjunto de ações entre o capital e o Estado que estruture a conjuntura territorial.

Formação territorial do Mato Grosso

A “ocupação” do atual território do Estado de Mato Grosso se inicia com a descoberta das minas dos rios Coxipó e Cuiabá pelos bandeirantes em 1719. Nesse momento, foi no *território das “minas do Mato Grosso”* que surgiram os primeiros povoados, a dinâmica comercial e a presença da coroa portuguesa. (SÁNCHEZ, 1993)

Em 1748, o governo lusitano tirou o controle da região da capitania de São Paulo e criou a capitania do Mato Grosso, com sede nas margens do Guaporé. Isso, por questão estratégica, pois essas terras estavam em território espanhol e um futuro tratado baseado no princípio de *ut possidetis* estava prestes a ser assinado (Tratado de Madri, em 1750). (SOARES, 1973)

Com a crise da mineração, comerciantes, mineradores e lavradores direcionaram suas atenções para a criação de gado bovino e a produção de subsistência de cana-de-açúcar e erva-mate. Grandes propriedades foram formadas através da concessão de sesmarias ou do pagamento de dívidas de lavradores com terras. Assim, o poder local foi articulado por esses latifundiários com militares e burocratas, e permaneceram no controle da capitania até o fim do período colonial. (MORENO, 1993)

Em 1820, Cuiabá passa a ser a capital do estado. Tal fato se deve por Cuiabá ser a cidade mais populosa do estado e pela articulação da elite de latifundiários e comerciantes bem sucedidos. (MORENO, 1993)

Em 1856, a abertura da navegação pelo rio Paraguai comércio possibilitou o comércio com a Europa, o que resultou na intensificação do cultivo da cana-de-açúcar e instalação de usinas açucareiras para a produção de açúcar, álcool rapaduras e aguardente para a exportação. A intensificação desse comércio se dá com o ingresso da extração do látex e da poaia por volta de 1870. A poaia favoreceu o desenvolvimento do comércio junto

³ Este fato faz Castillo classificar o Mato Grosso como uma típica região funcional (SUGIMOTO, 2004), denominação que pretendemos explorar no decorrer de nosso trabalho.

à valorização e concentração de terras das cidades de Cárceres, Cuiabá, Barra do Bugres e Vila Bela. Esse momento foi marcado pelo ingresso do Mato Grosso no circuito nacional e internacional do capital. (MORENO, 1993)

No Estado Novo, ocorreram algumas ações para o processo de ocupação de Mato Grosso, sobre influência do programa “Marcha para o Oeste” da Fundação Brasil Central. Uma foi na criação do núcleo populacional que deu origem ao município de Nova Xavantina, resultado da expedição Roncador-Xingu, que procurava uma área estratégica para a instalação da sede do governo federal. Em 1943, outras ações foram realizadas pela Comissão de Planejamento e Produção (CPP) do governo estadual, que em apoio ideológico ao governo federal, instalou colônias de povoamento no vale do rio São Lourenço para fixar a mão-de-obra da população mineira remanescente. Várias colônias foram desenvolvidas em Rondonópolis, Jaciara e Dom Aquino. (SÁNCHEZ, 1992; GOVERNO DO ESTADO, 2005)

Nas décadas de 1950 e 1960, o governo do Estado começa a vender grandes parcelas de terra no norte e no nordeste do estado para a colonização particular. De 1966 a 1978, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat) realizou as políticas de venda direta por meio de licitação ou concessão do governo, de regularização fundiária de antigas colônias agrícolas estaduais implantadas nas décadas de 1940 e 1950 e de legitimação de posse e reconhecimento de domínios particulares. Isso, com e sem exigência de conferência. Nesse período, a maior parcela da arrecadação de Mato Grosso foi decorrente da venda de terras. Essa intensa política de regularização fundiária se prolongou até 1986. (SANTOS, 1993; MORENO, 1993)

No governo militar, com as transformações da conjuntura política e econômica do Brasil, às políticas de “ocupação” e desenvolvimento do Estado de Mato Grosso passaram abranger três âmbitos: o geopolítico, voltado para a distribuição de terras para efetivar a “ocupação”; o âmbito econômico, para fortalecer a economia nacional através da produção e consumo de bens; e o âmbito social, no sentido de transferir o “excedente” populacional do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro para aquela região. Nesse contexto, os diversos governos federais e estaduais estimularam a migração de sul-rio-grandenses, catarinenses, paranaenses, paulistas, mineiros, capixabas e nordestinos para as regiões “desocupadas” do Estado do Mato Grosso.

Em 1970, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), através do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), articulou um complexo de rodovias, projetos de colonização oficiais e particulares, escolas rurais, postos de saúde, *et cetera*. Originou-se dessa política à BR-158 (Barra do Garças a divisa com o estado do Pará), à BR-163 (Cuiabá-Santarém), e a reconstrução da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). 100 km de terras às margens das rodovias federais ficaram suscetíveis de desapropriação para reforma agrária. Os projetos de colonização particulares surgiram nas margens da BR-163, que resultaram nos municípios de Nova Mutum e Sorriso, e fora das margens das BRs, que resultaram nos municípios de Alta floresta e Colíder. Dos projetos de colonização oficiais originaram os municípios de Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo e Guarantã do Norte⁴. (ALVES JÚNIOR, 2003; SÁNCHEZ, 1992)

O Projeto de Desenvolvimento Econômico-Social do Centro-Oeste (Pladesco), executado pela Sudeco, ficou encarregado da expansão do mercado nacional e a ampliação da produção de minérios, grãos para exportação. Entre as áreas incluídas estavam os atuais municípios de Aripuanã, Cárceres, Peixoto de Azevedo e Rondonópolis. (MORENO, 1993)

Em 1974, o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), executado na mesorregião Norte Mato-grossense pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) em parceria com a Sudeco, agiu na região do Xingu. Nessa região grande investimento foi feito para a ampliação do rebanho bovino e a produção de carnes para exportação. Nos 5.180.070 hectares de sua área, esperava-se que

⁴ Nos referimos aos municípios originados, pois o objetivo do INCRA, com os projetos de colonização, era a criação de futuros municípios.

o rebanho bovino alcançasse 3.745.000 de cabeças em 1985. Foram alcançados dessa meta apenas 64% do previsto. O núcleo populacional de Juína foi resultado desse programa. (OLIVEIRA, 1997)

Em 1975, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), também executado pela Sudeco, tinha como objetivo a “ocupação” agropecuária e florestal nas terras consideradas impróprias para agricultura do cerrado. No Mato Grosso, foram atendidas as áreas dos atuais municípios de Campo Novo do Parecis, Diamantino, Sapezal, Tangará da Serra, Água Boa, Canarana e Nova Xavantina. (MORENO, 1993; ALVES JÚNIOR, 2003)

No cenário agrário, essas políticas de distribuição, legalização e venda de terras associadas, resultaram num processo de concentração fundiária de difícil reversão. Três questões básicas podem explicar essa afirmativa: a precariedade da infra-estrutura (principalmente estradas, escolas e postos de saúde), o não acompanhamento técnico e a insuficiência ou inexistências de crédito rural para produção. Essas três questões podem ser resumidas na não efetivação da reforma agrária.

Em meados da década de 1980, o crescente rebanho bovino desenvolvido em superfícies de grandes proporções (média de 1.455.333 ha) começou a dividir espaço com lavouras mecanizadas da soja. O arroz, até então, era o carro-chefe da agricultura, entretanto inexpressivo frente à pecuária. A soja introduzida no estado em 1980, com uma área cultivada de 70.431 hectares (4,9% da área cultivada), salta para 1.715.034 hectares em 1989 (58,6% da área cultivada). A soja a partir de então direciona a economia agrícola de Mato Grosso. (SÁNCHEZ, 1992)

No que se trata dos imóveis que foram reconhecidos pelo governo, muitos estão intocados até hoje, servindo como reserva de valor. Tal fato foi associado a um esquema organizado do governo militar de facilitar o acesso às terras e riquezas brasileiras aos estrangeiros em troca de importantes cargos a familiares nas empresas internacionais. Os processos de corrupção através da vendas de terras por meios ilegais ao capital internacional foi comprovado pelo “relatório Veloso”, resultado de uma CPI, na década de 1960. (OLIVEIRA, 1997)

Moreno (1993), através de cuidadosa análise no acervo de documentos do governo de Mato Grosso, chega à conclusão que o processo de “ocupação” de Mato Grosso foi marcado pela transferência das terras devolutas do Estado para o domínio da propriedade privada. Por meio da articulação do governo federal e estadual, foram criados mecanismos institucionais e jurídico-políticos de acordo com os interesses do Estado. O resultado foi uma política que induziu a monopolização da propriedade privada da terra de latifundiários, capitalistas particulares e grupos econômicos através da compra da terra para estocagem ou especulação, resultado de políticas que serviram para premiar e pagar favores e condicionando a terra a favor da reprodução do território em bases capitalistas.

Segundo Fernandes (2000), o governo militar realizou sua política agrária sem alterar a fundiária. Seu objetivo de transferir a população expropriada para “as terras sem homens” por meio dos projetos de colonização, era de fornecer força de trabalho até então inexistente, para os projetos agrominerais e agropecuários dirigidos por grandes empresas. A implantação dessa política garantiu a permanência dos latifúndios existentes, bem como a formação de outros. Desses imóveis originaram as monoculturas de grandes dimensões, que acarreta o processo de monopolização das terras por meio da expansão das lavouras e desapropriação camponesa.

A maior parte dos migrantes mobilizados para o Mato Grosso foi em direção aos projetos de colonização, para o trabalho no campo. Foram eles os responsáveis pelo desbravamento das matas, até então intocadas. O abandono do governo e das empresas imobiliárias que se compromissaram em acompanhar e auxiliar no desenvolvimento regional gerou o fracasso desses projetos, uma vez que muitos camponeses não conseguiram se manter na terra devido à falta de condições básicas para a permanência na terra (estradas com condições de tráfego, escolas, postos de saúde, *et cetera*). Os camponeses mais

prósperos expandiram suas áreas através da compra dos lotes dos desistentes, o que favoreceu a reconcentração de terras, que hoje é um fato consumado.⁵

No abandono das terras, os migrantes e as migrantes se dirigiram para novas áreas na fronteira, para as cidades mato-grossenses ou retornaram para seu estado de origem, questão muito bem focalizada na obra de Santos (1993) e Goettert (2000). A tendência é que as terras até então pertencentes a esses desistentes sejam incorporadas pela agricultura de exportação. A mobilidade populacional para novas áreas de fronteira possibilita que o processo se repita.⁶

Estutura fundiária e agronegócio no Mato Grosso

Hoje, o Mato Grosso é um dos estados que apresenta um dos maiores índices de concentração fundiária do país. Em 1998, era o quinto lugar no *ranking* (HOFFMAN, 1998). Na tabela 2, observamos que os índices de Gini de Mato Grosso estão indicando, de 1967 até hoje, a diminuição de intensidade de concentração.

Tabela 4 – Mato Grosso: índice de Gini – 1967-1998

| 1967 | 1972 | 1978 | 1992 | 1998 |
|-------|-------|-------|-------|-------|
| 0,858 | 0,867 | 0,855 | 0,817 | 0,811 |

Fonte: Hoffmann, 1998.

Na análise dos grupos de área de 1992, 1998 e 2003, podemos observar as tendências atuais da estrutura fundiária de Mato Grosso.

Para facilitar a compreensão dividimos os grupos de área em pequena propriedade (até menos de 200 hectares), média propriedade (200 a menos de 2000 hectares) e grande propriedade (2000 ou mais hectares). Essa divisão tem como base os critérios utilizados por Oliveira (2003), referentes à Lei n° 8.629 de 25/02/1993, que conceituou a pequena propriedade a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais, a média entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade com mais de 15 módulos fiscais.

⁵ Isso não significa que o alto índice de concentração fundiária no Mato Grosso tenha sido ocasionado pela expansão de camponeses prósperos. Como vimos, antes e durante a chegada dos migrantes camponeses, a venda e a concessão de grandes áreas de terras era intensa para a elite local e especuladores “paulistas”. (GOETTERT, 2000; MORENO, 1993) O termo “paulista” é um termo regional que caracteriza grandes empreendedores, independente de ser do estado de São Paulo.

⁶ Vale ressaltar duas questões importantes: Primeiro é que além da derrubada das matas, esses sujeitos conquistam, por forma de reivindicação ou não, estradas, escolas rurais e demais benefícios de infra-estrutura e o produto desse trabalho a *posteriori* são apropriados pelo agronegócio. Segundo é que a formação da infra-estrutura municipal e de seus implementos articulação e organização são em ocorrência dessas frentes, que, para nós, classificamos como frentes pioneiras, de acordo com a corrente teórica defendida por Becker (1988). Essa corrente é contraposta da tese da frente de expansão (demográfica) seguida pela frente pioneira (econômica), defendida por Martins (1997). Ao estudar o Mato Grosso, Rondônia e Acre vemos claramente que a forte mobilidade populacional estava associada a uma infra-estrutura elaborada preliminarmente, sem contar que o poder do Estado estava presente. É por esse fato que não consideramos a frente de expansão como um fato.

Tabela 5 – Mato Grosso: transformação da estrutura fundiária dos anos 1992, 1998 e 2003

| Grupos de área | 1992 | | 1998 | | 2003 | | |
|----------------|---------------------------|----------------------|------------------|----------------------|-------------------|----------------------|---------------|
| | Imóveis | Áreas | Imóveis | Áreas | Imóveis | Áreas | |
| Total | 62.343,00 | 45.688.719,00 | 94.712,00 | 72.814.441,70 | 115.526,00 | 70.388.184,20 | |
| Pequena | Menos de 1 | 65 | 26,50 | 83 | 36,60 | 57 | 34,50 |
| | 1 a menos de 2 | 199 | 300,70 | 295 | 430,90 | 345 | 506,80 |
| | 2 a menos de 5 | 580 | 2.066,80 | 1199 | 4.059,90 | 1638 | 5.580,00 |
| | 5 a menos de 10 | 1322 | 9.616,70 | 2018 | 14.564,70 | 2721 | 19.538,80 |
| | 10 a menos de 25 | 5032 | 86.084,60 | 7404 | 127.046,90 | 9508 | 163.619,80 |
| | 25 a menos de 50 | 10320 | 360.293,60 | 14576 | 512.228,20 | 18173 | 640.477,10 |
| | 50 a menos de 100 | 11554 | 771.600,00 | 17373 | 1.163.682,30 | 20276 | 1.389.224,50 |
| | 100 a menos de 200 | 9676 | 1.272.320,20 | 13781 | 1.827.488,30 | 16675 | 2.228.911,50 |
| | 200 a menos de 500 | 10098 | 3.234.835,20 | 15587 | 5.066.901,50 | 19349 | 6.218.633,50 |
| | 500 a menos de 1.000 | 4838 | 3.400.944,50 | 7737 | 5.438.453,90 | 9680 | 6.806.196,80 |
| Média | 1.000 a menos de 2.000 | 3674 | 5.122.642,60 | 6231 | 8.669.977,00 | 7786 | 10.902.571,70 |
| | 2.000 a menos de 5.000 | 3423 | 10.054.347,50 | 5853 | 17.109.497,80 | 6995 | 20.648.940,20 |
| | 5.000 a menos de 10.000 | 974 | 7.245.778,30 | 1722 | 13.021.916,70 | 2072 | 15.697.901,50 |
| Grande | 10.000 a menos de 20.000 | 359 | 5.000.652,10 | 524 | 7.161.861,60 | 151 | 2.051.239,50 |
| | 20.000 a menos de 50.000 | 180 | 5.282.452,50 | 268 | 7.838.340,70 | 84 | 2.403.895,10 |
| | 50.000 a menos de 100.000 | 40 | 2.641.711,80 | 48 | 3.236.654,40 | 13 | 875.929,50 |
| | 100.000 e mais | 9 | 1.203.045,40 | 13 | 1.621.300,30 | 3 | 334.983,40 |

nte: SNCR/Incra.

De 1992 a 1998 foram acrescentados 32.369 novos imóveis, tendo uma mudança na área de 27.125.722,70 hectares. Desse acréscimo de imóveis às pequenas propriedades representam a participação de 55,7%, as médias de 33,8% e as grandes de 10,5%. No que diz respeito ao aumento da área, a pequena representou 4,3%, a média 27,3% e a grande 68,4%. Ao passo que a pequena propriedade é a mais expressiva no aumento de imóveis, pouco representa no total de área acrescida, o que acontece o oposto na grande propriedade.

De 1998 a 2003, ao passo que aumentaram 20.814 imóveis, houve a diminuição de 2.426.257,50 hectares. Desse número acrescido dos imóveis 60,8% foram de pequenas propriedades, 34,9% de médias e 4,3 de grandes.

Quanto à mudança na área no período de 1998 a 2003, enquanto a pequena e a média propriedade tiveram um aumento de 798.355,20 hectares e 4.752.069,6 hectares, respectivamente, a grande propriedade teve um decréscimo de 7.976.682,3 hectares. Essa diminuição foi especificamente nas propriedades com mais de 10 mil hectares, fazendo com que a variação acumulada desse período apresentasse um decréscimo de 2.426.257,50 hectares.

Uma das razões da diminuição das áreas dos imóveis de mais de 10 mil hectares, de 1998 a 2003, pode se dever à portaria do Incra nº 558/99, que excluiu os cadastros de proprietários e detentores de grandes imóveis com suspeita de grilagem. Esse processo teve como critérios básicos à conferência da área e da localização dos imóveis no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. O Mato Grosso apresentou 0,6% dos imóveis inconsistentes de todo o Brasil, representando 17% da área, campeão do *ranking* do estados. Teve o total de 525 imóveis, dos quais 302 são “pertencentes” a pessoas físicas e 223 a pessoas jurídicas. No total foram excluídos 12.250.777,10 hectares (SABBATO, 2005).

Doze milhões de hectares representa metade do território do Estado de São Paulo. Essas terras existiram? Isto é uma das questões que pretendemos compreender. Todavia, a exclusão dessa área muito pouco representou na estrutura fundiária do Mato Grosso.

Os procedimentos utilizados para identificar imóveis inconsistentes ainda apresentam muita restrição. É necessário um rígido acompanhamento nos municípios para aumentar as possibilidades de detecção de grilagem. Os códigos dos imóveis que não foram reclamados pelos supostos proprietários estão disponibilizados na página do Incra. A partir desses códigos, vamos pesquisar as situações dos imóveis nos seus repetíveis municípios.

No Mato Grosso, agrupando os municípios de acordo com a similaridade dos índices de crescimento das áreas, encontramos duas realidades: A primeira nos municípios, onde predomina a produção da soja, onde o crescimento das áreas e imóveis pode estar

diretamente relacionado com a valorização fundiária. A segunda realidade está nos municípios do Norte mato-grossense, área de fronteira agropecuária, com altos índices de desmatamento, queimadas, crescimento do rebanho bovino e onde a soja está iniciando o processo de territorialização. É nessa região onde a violência contra os camponeses é mais intensa⁷.

Entre as possíveis causas parciais das mudanças na estrutura fundiária estão o baixo preço das terras, principalmente do Norte Mato-grossense; a alta produtividade de soja no Cerrado, que chega a produzir em média 60 sacas por hectare, quantidade de sacas acima da média dos Estados Unidos (GONÇALVES, 2004); as perspectivas de melhorias na infra-estrutura de vias de escoamento da produção pelo Ministério dos Transportes e Governo do Estado (BERNARDES, 1996; GONÇALVES, 2001); o apoio creditício e a compra antecipada da soja pelas empresas processadoras (BECKER, 2004).

Outras causas podem estar ligadas ao aumento do rebanho bovino e a produção de soja no estado. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através dos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) e da Produção Agrícola Municipal (PAM), indica grande aumento do rebanho bovino (principalmente no Norte do Mato Grosso) e o aumento na produção de soja, cuja área plantada aumentou cerca de 400% de 1990 a 2003.

Fernandes (2005) elaborou uma hipótese na qual destaca os processos de ocupação de terras, a grilagem e a sobreposição de áreas em faixas de fronteira. Para ele o aumento do número de imóveis familiares pode ser explicado, parcialmente, com a implantação de 20 milhões de hectares de assentamentos através das políticas de reforma agrária e crédito fundiário no Brasil.

Alentejano (2003), analisando os dados de ocupações de terras da Comissão Pastoral da Terra (CTP), considera o Centro-Oeste como a região brasileira com maior percentual de famílias do meio rural envolvidas em ocupações de terra. Essa realidade pode conduzir fazendeiros que estão em situação irregular, a legalizarem a documentação e/ou cadastrarem suas terras.

Em uma análise prévia dos dados da estrutura fundiária e da produção da soja, observamos que o aumento das áreas ocorre onde a soja está se territorializando e não onde a soja está territorializada. Este fato confirma a possibilidade de valorização das terras nas áreas em que ela avança. A luta pela terra, por meio de ocupações e assentamentos, na sua maior parte, está fora desse eixo, justamente por estar presente onde capital já se territorializou e expropriou os camponeses. No mapa a seguir, pode se observar a faixa de expansão recente da soja em direção às áreas de pecuária e florestas.

Levantamos a hipótese que a territorialização da soja é a principal condicionadora desse crescimento. Isso por que a soja no Mato Grosso é fortemente dirigida pelo governo do Estado e as grandes empresas como *Bunge Alimentos S.A.*, *Cargill Agrícola S.A.*, *Archer Daniels Midland Company (ADM)*, *Monsanto*, *Sachetti* e Grupo André Maggi. O direcionamento dos investimentos públicos e apoio legislativo para o sucesso dos empreendimentos sojeiros criam condições para a sua territorialização. Rodovias estaduais e estradas vicinais estrategicamente localizadas são asfaltadas para o escoamento da produção, além da construção de portos em Porto Velho e Itacoatiara e projetos de construção de estrada de ferro, asfaltamento da BR-163 e construção do porto de Santarém. (BERNARDES, 2003)

Para se ter uma idéia da força do agronegócio no Mato Grosso é só observar os resultados do *Agrishow Cerrado*, feira agropecuária realizada em Rondonópolis, onde foram movimentados mais de 1,3 bilhão de reais na venda de silos, armazenagem, fertilizantes, pulverizadores e aviões agrícolas (SODRÉ, 2004).

O território da recente expansão da soja no Mato Grosso está no entorno das rodovias que ligam Cuiabá-Comodoro (BR-070 e BR-174), Cuiabá-Alto Araguaia (BR-364, BR-183, BR-070), Cuiabá-Ouro Branco do Sul (BR-183) e Barra do Garças-Água Boa (BR-

⁷ No ano de 2004, a Comissão Pastoral da Terra (2005) registrou 13 ameaças de mortes no Mato Grosso. Dessas 13 ameaças, 12 estão na área de fronteira agropecuária do norte e nordeste do estado.

158). É justamente os municípios que estão inseridos nesses eixos que a soja se territorializou. Os municípios que desenvolveremos nossos trabalhos estão, em sua maioria, no limite entre o território da soja e a frente pioneira da fronteira agropecuária.

Considerações finais

Com os aparatos técnicos e infra-estruturais da soja ultrapassando os limites da região produtora, mostra o poder intrinsecamente direcionado para a expansão espacial e a concentração da riqueza produzida. Segundo Bernardes (2003), a produção da soja no Mato Grosso faz parte do processo de seletividade do capital, mas também de regulação do Estado, que conduz e organiza a sociedade em função da soja.

A soja incorpora, a cada dia, propriedades rurais de todas as dimensões, até então não-utilizadas ou semi-utilizadas. Segundo Becker (2004), a soja está sendo terceirizada no Mato Grosso. Os grandes sojeiros estão comprando soja antecipadamente através de sementes e insumos e os pequenos produtores pagam com grãos. Esse fato estimula o plantio da soja em pequenas e médias propriedades, fato que pode explicar o crescimento nas propriedades desse porte, como mostra o quadro abaixo.

A reprodução do capital, assim, determina à produção em escala, imbuída de aparatos tecno-mecânicos e interesses imediatistas dos proprietários rurais e dos governos. Isso porque o impacto do agronegócio da soja ultrapassa os limites de Mato Grosso no plano econômico e territorial.

Referências bibliográficas

- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo Alentejano. Os conflitos pela terra no Brasil: uma breve análise a partir dos dados sobre ocupações e acampamentos. Conflitos no campo – Brasil. 2003. Goiânia: CPT Nacional, 2003. pp. 112-117.
- ALVES JÚNIOR, Gilberto Torres. O planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso. *Revista Caminhos de Geografia*, Niterói, v. 4, pp. 17-30, Jun./2003.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Os caminhos de ocupação do território pela soja no Brasil e na Amazônia. In: MUSEU Paraense Emílio Goeldi. Idéias e debates 8. A geopolítica da soja na Amazônia. Belém: mai., 2004. Disponível em: <www.museu-goeldi.br>. Acessado em: 02 fev. 2005.
- _____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine. (org.) Fronteiras. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Paris: Orstom, 1988. pp. 60-89. il.
- BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. pp. 325-366.
- _____. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. Revista Terra Livre. São Paulo, v. 2, n. 21, pp. 157-167, jul./dez. 2003.
- COMISSÃO Pastoral da Terra. Cadernos de Conflito do Campo 2004. Goiânia: CPT Nacional, 2004.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. 319 pp.

_____. Land reform in the government Cardoso and in the government Lula: challenges of the agrarian geography. 2005. 10 pp. (inédito)

GOETTERT, Jones Dari. “O vô das pandorgas”: migração sulista para Rondonópolis – MT. 2000. 372 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001. 178 pp.

_____. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.) O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOVERNO do Estado de Mato Grosso. Municípios de Mato Grosso. Cuiabá: MT *on line*, 2005. Apresenta informações estatísticas, históricas e geográficas dos municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.mt.gov.br/redirect.php?url=http://www.amm.org.br/modules.php?name=Municipios>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

HOFFMAN, Rodolfo. A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do Incra: 1967-1998. Campinas: Convênio Incra/Unicamp, 1998.

LEAL, Gleison Moreira. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP. 2003. 168 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. 203 pp. il.

MORENO, Gislaene. Os (des) caminhos da apropriação capitalistas da terra em Mato Grosso. 1993. 620 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência. 1997. 496 f. (Tese de livre-docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. il.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, São Paulo, ano 26, v. 2, n° 21, pp. 113-156, jul./dez. 2003. il.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP. 2002. 144 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SABBATO, Alberto Di. Perfil dos proprietários/detentores de grandes imóveis rurais que não atenderam à notificação da portaria 558/99. Brasília: Incra, 2001. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acessada em: 21 abr. 2005. 26 pp.

SÁNCHEZ, Roberto Omar. Zoneamento agroecológico do Estado de Mato Grosso: Ordenamento ecológico-paisagístico do meio natural e rural. Cuiabá: Fundação de Pesquisa Cândido Rondon, 1992. 155 pp. il.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Matuchos: exclusão e luta: do Sul para o Amazonas. Petrópolis: Vozes, 1993. pp. 31-275.

SILVA, Chrystiane; RYDLEWSKI, Carlos; GASPARG, Malu. O governador no olho do furacão. Revista Veja, n. 39, ano 37, pp. 98-100, set./2004. il.

SOARES, Teixeira. História da formação das fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1973. 361 pp. il.

SODRÉ, Márcio. Negócios ultrapassam RS 1,3 bilhão. Jornal A Tribuna, Rondonópolis, 17 abr., 2004.

SUGIMOTO, Luiz. Soja: perigo nos novos *fronts*. Jornal da Unicamp, Campinas, 26, p. 3., abr.-2 mai., 2004. il.

VEIGA, José Eli. Poverty alleviation through access to land: the experience of the brazilian agrarian reform process. Synthesis paper prepared for the informal panel session organized by the Committee on World Food Security, 16 May 2003, FAO, Rome.
http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/j0415T/j0415t07.htm
Acesso em: 31/12/2004.